

Abertura do Seminário “Papel dos Órgãos de Fiscalização no Brasil”

Minhas senhoras, meus senhores, bom-dia.

Vamos dar por abertos os trabalhos de mais um Seminário promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Este Seminário terá como tema central “O Papel dos Órgãos de Controle no Brasil, em promoção da qualidade do gasto público.”

Consta da programação uma palestra a ser proferida pela ministra ANADYR DE MENDONÇA RODRIGUES, Corregedora-Geral da União, atuando como Debatedores a Dra. Eleonora Luna, Subprocuradora Geral de Justiça, o Dr. Neissan Monadjem, vice-presidente da ONG Transparência Brasil e ainda o Dr. Carlos Mauricio Figueiredo, auditor Substituto de Conselheiro de TCE.

Gostaria de convidar para compor a Mesa:

- A Exma. Sra. ministra de estado, **Dra. ANADYR DE MENDONÇA RODRIGUES**, Corregedora-Geral da União;
- Exmo. Sr. **Conselheiro ROMEU DA FONTE**, Diretor da Escola de Contas Públicas “Professor Barreto Guimarães”;
- Exmo. Sr. **Conselheiro CARLOS PINNA DE ASSIS**, presidente da ATRICON;
- Exmo. Sr. Juiz Federal, **FREDERICO AZEVEDO**, neste ato representando o Diretor do Foro da Justiça Federal;
- Exma. Sra. **Dra. ELEONORA LUNA**, Subprocuradoria Geral de Justiça, neste ato representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Romero de Oliveira Andrade;
- Exmo. Sr. **Auditor do Tribunal de Contas CARLOS MAURÍCIO FIGUEIRÊDO**;
- Exmo. Sr. Dr. **NEISSAN MONADJEM**, vice-presidente da ONG Transparência Brasil.

Demais autoridades presentes ou representadas
Minhas senhoras, meus senhores
Caros colegas do Tribunal

O dia de hoje assume uma posição importante no quadro de eventos programados para marcar o encerramento do período em que honrosamente estivemos presidindo o Tribunal de Contas de Pernambuco. Não apenas pela participação das

personalidades que conseguimos reunir neste instante, que somado à reluzente presença do corpo técnico desta Corte de Contas e convidados, forma o alegre ambiente deste seminário. Mas muito principalmente por podermos encerrar de maneira consistente o ciclo que representou as diretrizes que nortearam a nossa gestão: “promover a aproximação do Tribunal com a Sociedade” e “dotar de maior eficácia as suas ações”, e que hoje queremos representar de forma simbólica neste ato.

Dando seqüência às proficuas gestões que nos antecederam, procuramos aprofundar o processo de crescimento, qualificação e eficiência que puseram o órgão de controle de Pernambuco em posição de destaque no contexto dos Tribunais de Contas do país. Nesse sentido temos feito extraordinário esforço, com as condições de que dispomos, para compreender e acompanhar o processo vertiginoso de transformação por que passa o Estado brasileiro e que como finalidade a busca da eficiência na aplicação dos escassos recursos públicos para atender às demandas da sociedade.

Vemos, entretanto, com certa cautela algumas mudanças que em muitos casos têm representado apenas a diminuição exacerbada da influência do poder público deixando larga margem da população à mingua da oferta de serviços públicos essenciais. Se é verdade que o Estado tal qual estava estruturado se havia mostrado incapaz de articular e responder às necessidades sociais, tornando inadiável a reforma profunda de seu papel, modos de organização e funcionamento, também é verdade que, em não poucos casos, o saldo foi uma institucionalidade pública raquítica e inerte ante problemas pelos quais continua respondendo inexoravelmente perante a sociedade.

Nesse contexto, os Tribunais de Contas vêm se consolidando como uma instituição necessária ao fortalecimento de uma sociedade crítica que emerge nesses momentos de crise e que está a exigir de suas equipes técnicas e conselhos julgadores uma atuação que corresponda às suas expectativas. Dessa simbiose é que buscamos extrair a plena realização de nossa finalidade constitucional de zelar pela correta aplicação dos recursos públicos.

No dizer de Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, “não há Estado capaz com uma sociedade civil débil, nem vice-versa, uma sociedade civil forte sem o amparo de um Estado forte”.

Afinados com feliz assertiva, firmamo-nos, pois, na convicção de que o processo em construção de “aproximar o Tribunal da sociedade”, tornando-o instrumento de cidadania, e “imprimir eficácia às suas ações”, são tarefas necessárias e inadiáveis, e que deverão ser levadas a efeito neste princípio de século.

Passos decisivos têm sido dados rumo ao cumprimento de tais objetivos, e se materializaram através da cooperação crescente com o Ministério Público, Poder Judiciário e Procuradoria do Estado, visando dar celeridade ao cumprimento das decisões que imputam responsabilidade civil e/ou penal dos gestores que praticam atos de improbidade. Empreendemos também outras ações nesse sentido e entendemos merecer citação, tais como:

- Implantação de um novo modelo de atendimento ao cidadão e ao jurisdicionado, criando de forma pioneira nos Tribunais de Contas, uma ouvidoria cuja finalidade é estabelecer um canal direto com a população para tornar possível o acesso fácil aos serviços do Tribunal;

- Capacitação externa de servidores e gestores públicos de todos os municípios e grande parte das Unidades Gestoras do Estado, com ênfase na Lei de Responsabilidade Fiscal;

- Fiscalização intensiva da utilização dos recursos públicos durante o período eleitoral, em cooperação com o Ministério Público e que teve como resultado o envio de 182 processos, envolvendo irregularidades em 114 municípios e um montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

- Acompanhamento das ações referentes aos processos de privatizações da Companhia Elétrica (já concluído) e da Companhia de Abastecimento de Água – em andamento;

- Mutirão para julgamento de processos, com conseqüente desobstrução da pauta;

Como dissemos no início desse pronunciamento de abertura, este é um evento que simboliza duas

importantes diretrizes da gestão e nele procuramos imprimir a um só tempo um caráter de descontração e consistência ao promovermos um painel de grande interesse intitulado “O PAPEL DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO”. Com a participação da Corregedora-Geral da União, Dra. Anadyr Mendonça, a palestrante, que exerce esse importante cargo na República, bem como a participação de debatedores com o fôlego intelectual da Dra. ELEONORA LUNA, Subprocuradora-Geral de Justiça, do Dr. NEISSAN MONADJEM, vice-presidente da organização não governamental Transparência Brasil, filial brasileira da Transparência internacional, entidade que tem se notabilizado pelo combate à corrupção, cujo trabalho repercute no Brasil e no exterior e, por fim o representante do que podemos chamar com segurança do bem qualificado quadro de servidores deste Tribunal, auditor Carlos Maurício Figueiredo.

Jean Monet, um dos grandes artifices da integração européia, dizia: “nada é possível sem as pessoas, mas nada é duradouro sem as instituições”, com entusiasmo temos perseguido obstinadamente a promoção humana e o fortalecimento das instituições, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

OBRIGADO.

Adalberto Farias Cabral
Conselheiro-Presidente

Conforme anunciei no início da reunião, usará da palavra a Dra. ANADYR MENDONÇA RODRIGUES, que discorrerá sob o tema “O Papel dos Órgãos de Controle no Brasil, em promoção da qualidade do gasto público”. A ministra ANDYR MENDONÇA é bacharela em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Procuradora da República, sendo a primeira mulher designada pelo Procurador-Geral da República para ter assento perante turma e posteriormente no pleno do Supremo Tribunal Federal, a quem passo a palavra neste momento.